

Olival e amendoal arrasam charcos ameaçados em Alqueva

Durante séculos foram usados como reservas de água estratégicas nas zonas secas do Alentejo. O novo modelo agrícola e as alterações climáticas aceleram o seu desaparecimento

Alentejo
Carlos Dias

“Qualquer dia só nos resta a memória dos charcos temporários mediterrânicos (CTM)”, avisa José Paulo Martins, da organização ambientalista Zero, que ao longo de quase três décadas tem vindo a observar o declínio destes nichos de biodiversidade no Sul do país. No final dos anos 90 do século passado, percorreu o distrito de Beja do interior ao litoral para observar estes charcos e já nessa altura o que viu não augurava nada de bom. Hoje, o novo modelo agrícola e as alterações climáticas estão a ameaçar quase uma centena de CTM que estão identificados no território que o regadio do Alqueva passou a influenciar, adianta.

“As mudanças mais acentuadas aconteceram recentemente”, conclui o elemento da Zero com base nas observações que tem feito no terreno e através das novas tecnologias. No levantamento entretanto realizado constatou que “não há um único que mantenha intactas as suas características naturais”, embora os problemas que afectavam a sua preservação sejam anteriores ao aparecimento das culturas intensivas. É o caso da prática do pastoreio, que terá aumentado os valores de azoto na água dos charcos, alterando o habitat”, admite José Paulo Martins.

No entanto, as mudanças que se observam na área de regadio do Alqueva aceleraram o seu declínio ao longo das “últimas duas décadas”. A pressão provocada pela actividade humana, como a “extracção excessiva de água, a poluição orgânica e a destruição do habitat onde prevaleciam exemplares únicos de uma fauna que se mantinha há milhões de anos, têm sido factores determinantes”, acentua o ambientalista.

Também o projecto Investigação, Conservação e Divulgação da Biodiversidade dos Charcos Temporários (CHARCOScomBIO), financiado pelo Prémio EDP Biodiversidade, chega a idêntica conclusão no relatório que foi apresentado em 2012. No levantamento efectuado a nível nacional a 1081 CTM, os vários intervenientes no

projecto constataram como estes ainda “suportam uma biodiversidade e um número de espécies raras e ameaçadas consideravelmente superiores ao dos sistemas ribeirinhos”. Mas devido à intensificação da agricultura, aliada à urbanização, assistiu-se durante o século XX a um “desaparecimento acentuado e generalizado destes habitats aquáticos”, não só em Portugal como em toda a Europa, sublinha o relatório do projecto.

Arrepiante e entristecedor

A análise crítica sobre o que neste momento ocorre na zona sob influência do Alqueva merece igualmente de Pedro Horta, membro do Movimento Alentejo Vivo (MAV), uma apreciação negativa. “É arrepiante e entristecedor observar o estado actual de alguns destes charcos”, diz, depois de ter feito uma saída de campo.

No início da década de 1990, existiam no Sudoeste alentejano cerca de 300 charcos mediterrânicos. Em 2018, o seu número baixou para 133

No concelho de Beja, nuns casos os “charcos foram alagados com água captada dos canais de rega” para alimentar o regadio ou a actividade pecuária. Noutros “abriram-se linhas de drenagem para secar o charco” ou foram ainda cobertos de novas culturas intensivas (olival e amendoal)”, refere o membro do MAV. Na apreciação que faz da situação actual dos CTM, conclui que está a ocorrer “uma grande alteração na composição da biodiversidade existente nos charcos ou a destruição de um número crescente de casos”. As imagens aéreas, obtidas através do Google Earth, “são elucidativas” de como se processa o seu desaparecimento para dar lugar às novas culturas intensivas.

Repor a situação anterior poderá ser uma alternativa, “mas só em ter-



As imagens aéreas, obtidas através do Google Earth, mostram a evolução do desaparecimento dos charcos temporários

mos de vegetação, porque em relação à fauna já não é possível recuperar o que foi perdido”, explica Pedro Horta. E assinala como o seu declínio pode estar interligado com o “controlo de pragas nas zonas envoltentes dos charcos no actual modelo agrícola e que interfere com a fauna e a flora dos charcos”.

E nem mesmo no concelho de Beja, onde a última revisão do Plano Director Municipal (PDM), em 2014, se alargava o conceito de charco, garante a sua protecção. No documento defende-se que “deverá ser assegurada a compatibilização da ocupação e uso do solo resultante das actividades humanas com a conservação dos charcos temporários”. O PDM estabelece ainda que as alterações de uso do solo ou as operações agrícolas que “envolvam intensificações desse uso pretendidas em prédios rústicos que integrem no seu território charcos temporários e com incidências nos respectivos espaços onde se situam têm de ser objecto de consulta prévia à câmara municipal”.

Os condicionamentos impostos estendem-se à proibição de operações de drenagem ou aprofundamento dos solos (parcial ou total) e à “interdição de mobilizações profundas para impedir a destruição da estrutura vertical do solo”. Em complemento destas determinações, o PDM de Beja defende a aplicação de um código de boas práticas agrícolas e a “elaboração um plano de gestão e salvaguarda dos CTM”.

Perante o “elevado” grau de alheamento da autarquia na preservação destas “ilhas de biodiversidade”, quando se fizer “o plano de gestão e salvaguarda dos charcos previsto no PDM, estes já não existem”, adverte Pedro Horta. E o seu desaparecimento continua a verificar-se.

O PÚBLICO questionou o presidente da Câmara de Beja, Paulo Arsénio, sobre a defesa dos charcos mas não obteve qualquer resposta.

Falta de informação

Também a Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA) não está alheia ao declínio dos charcos mediterrânicos no território abrangido pelos perímetros de rega.

Para além de os integrar nos estudos de impacte ambiental elaborados para cada um dos perímetros de rega, a empresa gestora do projecto Alqueva elaborou o documento *O EFMA e a Salvaguarda de Valores Naturais*. Nele é proposto um conjunto de “princípios para uma gestão ambiental de salvaguarda pelos valores naturais, com todas as vicissitudes que daí decorrem”, para protecção de mais de uma centena de CTM.

Das acções no terreno já encetadas junto dos proprietários das terras, a EDIA constatou que “a falta de informação constitui a maior ameaça à conservação efectiva dos CTM”. O caminho, diz a empresa, passa pela sensibilização dos agentes rurais que se tem revelado pouco promissora.

A EDIA fez um levantamento macro, utilizando fotografia aérea e carta militar, de áreas que poderiam vir a ser classificadas como CTM, seguida de deslocação a alguns dos locais. Concluiu que dos 196 charcos inventariados na área de implantação do regadio, apenas 21 “configuram potenciais unidades de intervenção”. A grande maioria não possuía os bio-indicadores necessários para que fossem classificados como habitat 3170 da Directiva Habitats (que define o que é um CTM).

No início da década de 1990, existiam no Sudoeste alentejano cerca de 300 charcos mediterrânicos. Em 2018, o seu número baixou para 133 e assiste-se à sua continuada redução, sacrificados às culturas inten-

Quando se fizer “o plano de gestão e salvaguarda dos charcos previsto no Plano Director Municipal, estes já não existem”, diz Pedro Horta, do Movimento Alentejo Vivo

sivas e a outras práticas agrícolas.

A dimensão do desastre ambiental levou a EDIA a avançar com a elaboração do Plano para a Conservação dos Charcos Temporários Mediterrânicos no regadio do Alqueva e deu continuidade aos contactos directos com os proprietários, procurando sensibilizá-los para a “importância e restrições aplicáveis aos CTM”, estendendo este tipo de acção junto das comunidades escolares e científica.

Como exemplo do que não deve ser feito, a EDIA refere nas suas acções de sensibilização o proprietário de um terreno que utilizou “indevidamente a área que não é sua, dando continuidade ao seu projecto agrícola, plantando sobre a área do charco e consequentemente

provocando a sua destruição”.

Rita Alcazar, da Liga para a Protecção da Natureza, explica que, durante séculos, os charcos temporários foram usados pelos agricultores como reservas de água estratégicas em áreas geográficas secas. “O seu uso como pontos de bebida para o gado e as camas de erva verde resultantes depois de secos contribuíram para a sua preservação”. Mas actualmente, com a intensificação da agricultura e com as novas estratégias de gestão do uso da água e solos, “o seu papel como parte das maneiras tradicionais do uso da terra tem sido perdido”.

Nalguns deles, ainda conseguem persistir fósseis vivos que remontam ao período Triásico, quando os dinossauros caminhavam sobre a Terra.

PUBLICIDADE

19 a 22 de setembro
EM FRENTE À ANTIGA FIL

USADOS E SEMINOVOS

Mega

hora:H

É HORA DE TER UM HYUNDAI

0%



Mega condições*

0% Entrada

0% Juros

TAEG desde 1,5%



- > Entrada livre
- > Parque grátis

🕒 **Horário:**
10h às 20h

📍 **Morada:**
Praça das Indústrias 1,
1300-307 Lisboa

megahorah.hyundai.pt HyundaiPortugal

HYUNDAI

*Exemplo para um contrato de Locação Financeira a utilizar no financiamento automóvel com um PVP de 22.000,00€, 1ª renda de 449,17€, mais 47 rendas no montante de 452,92€, incluindo a Comissão de Processamento de Prestação de 3,75€. Comissão de Abertura de Contrato de 450€, TAN 0%, TAEG 1,5%, última renda 440,00€ e MTIC de 22.626,41€. Ao PVP acresce o IUC. O valor da renda não inclui seguro de crédito facultativo, não estando refletido no MTIC e na TAEG. O exemplo de financiamento é válido para veículos selecionados durante a **campanha válida de 19 de Setembro de 2019 a 22 de Setembro de 2019** para o Hyundai Tucson 1.7 Creative Plus MY17, limitada ao stock existente e disponível nos concessionários aderentes. Informe-se no Cetelem, marca do Banco BNP Paribas PF. Todos os concessionários são intermediários de Crédito a título acessório e atuam sem carácter de exclusividade. Consumo combinado (l/100km): 4,8-7,1. Emissões de CO₂ em ciclo combinado (g/km): 126-162.